

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.465 - GO (2020/0078848-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : JACKSON NEVES DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : NELSON BUGANZA JUNIOR - DF001973**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

**JACKSON NEVES DOS SANTOS** alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**, que denegou o HC n. 5045157.84.2020.8.09.0000.

A defesa pleiteia, por meio deste recurso, seja concedido ao réu o direito de recorrer em liberdade, nos autos do processo em que foi condenado à pena de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o narcotráfico.

**Decido.**

O Magistrado sentenciante, ao negar ao acusado o direito de recorrer em liberdade, assim fundamentou (fl. 84):

Submetendo a apreciação aos ditames transcritos do artigo 387, do Sistema Normativo Processual Penal, com a nova redação outorgada pela Lei Federal no 12.736/2012, **e em face da subsistência dos motivos ensejadores da prisão cautelar**, recomendo a manutenção do acusado Jackson Neves Dos Santos na prisão em que se encontra, para a garantia da ordem crime Pública, vez que respondeu ao processo preso, praticou o crime de tráfico em associação, para o tráfico de drogas, bem como, em liberdade, poderá colocar em risco as apurações que serão determinadas nas disposições finais, **subsistindo ainda os motivos ensejadores da prisão cautelar**, nos termos dos artigos 312, 313, inciso I, e 387, § 1º, todos do Código de Processo Penal.

Ou seja, o Juiz de primeiro grau, por ocasião da sentença condenatória, **ratificou o decreto de prisão preventiva** anteriormente proferido em desfavor do acusado. E, em consulta aos assentamentos

eletrônicos deste Tribunal Superior, constato que a legalidade do referido decreto de prisão preventiva, mantido na sentença condenatória, já foi analisada por esta Corte, por ocasião do julgamento do **HC n. 505.262/GO** (DJe 7/11/2019), em decisão assim fundamentada:

Na hipótese, o Juízo monocrático decretou a prisão preventiva dos acusados com base nos argumentos que se seguem (fl. 116, destaquei):

*In casu*, restou demonstrado que os policiais adentraram a residência após desconfiarem de movimentação estranha e, após busca na residência, encontrou-se uma **grande quantidade de substância entorpecente**.

[...]

Com relação à liberdade provisória requerida em favor dos custodiados [...], deixo de concedê-la, por entender presentes os requisitos para a conversão da prisão em flagrante em preventiva e por serem inadequadas e insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão elencadas no art. 319 do CPP, com a nova redação da Lei n. 12.403/2011, conforme passo a demonstrar.

No presente caso restaram preenchidos todos os pressupostos da prisão preventiva. A prova da materialidade e os indícios de autoria encontram-se demonstrados pelas declarações que formam o auto de prisão em flagrante e pela própria prisão em flagrante. Presentes também os motivos da medida extrema conforme preceitua o art. 312 do Código de Processo Penal, como forma de se garantir a ordem pública. Constatado que a conversão da prisão em flagrante em preventiva de Priscila Bicalho, Aurélio Bicalho e Jackson Neves dos Santos é medida que se impõe como forma de se garantir a ordem pública, uma vez que os elementos constantes do APF evidenciam que os custodiados praticaram o crime de tráfico de drogas, fato que demonstra a **extrema gravidade do crime e o elevado grau de reprovabilidade da conduta**.

O Tribunal de origem, ao denegar a ordem do habeas corpus lá impetrado, explicou que os pacientes "conjuntamente, atuavam na prática do crime de tráfico de drogas, mantendo laboratório para a fabricação, inclusive

encontrados **700,00 kg (setecentos quilogramas) de comprimidos de substância entorpecente** [comprimidos de rebites (anfetamina)], esta destinada à distribuição em outros Estados da Federação" (fl. 337, grifei).

A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que **a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito** – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, **deve ser suficientemente motivada**, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Além disso, urge consignar que "os precedentes desta Corte Superior estão no sentido de que a quantidade de substância entorpecente apreendida é considerada motivação idônea para a decretação e manutenção da prisão preventiva" (**RHC n. 116.275/SE**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 2/9/2019).

Logo, na espécie, **são idôneos os motivos** apontados para justificar a prisão preventiva dos agentes para **garantia da ordem pública**, diante da **gravidade concreta do delito** – apreensão de 700 kg de comprimidos usados como anfetamina.

Nesse mesmo sentido, os seguintes julgados:

[...]

Concluo, então, haver sido **demonstrada a exigência cautelar** justificadora das prisões preventivas dos acusados.

Diante de tal cenário, não vejo motivos para alterar a conclusão já exarada por esta Corte Superior a respeito da idoneidade dos fundamentos indicados para justificar a prisão provisória do recorrente, máxime agora, em que houve um juízo de certeza, fundado em dados objetivos e devidamente submetidos ao crivo do contraditório e da ampla defesa, que demonstram a autoria e a materialidade dos delitos.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **nego provimento** ao recurso em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**